



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 22 DE JANEIRO DE 2002

*Boa tarde.*

Hoje, recebi, aqui, no Palácio do Planalto, a visita do Presidente do PT, Deputado José Dirceu, e do Presidente de Honra do PT, Luís Inácio Lula da Silva. Ontem, já havia recebido o Governador de São Paulo e o seu Secretário de Segurança.

Estamos todos empenhados, em primeiro lugar, em elucidar o bárbaro crime ocorrido com o Prefeito de Santo André. As atenções estão voltadas para essa questão. Embora não tenha, diretamente, mandato para tal tipo de matéria, dado que pode, eventualmente, ter havido alguma relação com a política, a Polícia Federal recebeu a determinação do Ministro Aloysio Nunes Ferreira para que participasse, e está participando, dessas investigações.

A expectativa é a de que se possa chegar ao esclarecimento do caso. É uma questão de técnicas policiais para verificar o que realmente aconteceu, para saber se se trata de um crime de natureza comum ou com alguma fundamentação política.

Neste momento, não se deve afastar nenhuma hipótese, embora a imensa maioria das pessoas que têm lidado com esses casos não tenha encontrado, até agora, uma evidência direta de motivação política. E eu esperaria que não houvesse, porque seria terrível que nós, no Brasil, tivéssemos, agora, de novo, como houve no passado, envolvimento político em matérias dessa natureza, de seqüestros e de assassinatos.

A questão da segurança pública, pela nossa Constituição, está afeta aos governos estaduais. Mas, nas circunstâncias brasileiras, a nenhum de nós é dado deixar de atuar para restabelecer um clima de maior confiança para a população.

O Governo Federal criou, há dois anos, um Fundo Nacional de Segurança Pública, com a finalidade de dotar as polícias estaduais, civis e militares, de melhores instrumentos de ação.

No ano passado, distribuímos quase 400 milhões de reais. Neste ano, embora o Congresso haja transferido para a construção de presídios uma parte da verba que pedimos, e não diretamente para essa função, o Governo fará o possível para restabelecer os níveis adequados de financiamento, ou melhor, de transferência de recursos.

Esses recursos têm sido utilizados para equipamento melhor para a polícia – automóveis, viaturas – mas, sobretudo, para capacitação e para dotar as polícias de instrumentos mais eficazes do ponto de vista científico.

Ao lado disso, a construção de presídios está aumentando, como é necessário. São Paulo tem, hoje, 100 mil pessoas presas, o que é uma quantidade grande. E esses presídios são feitos com recursos federais e estaduais.

O combate ao crime organizado e ao crime em geral é uma verdadeira guerra, como caracterizou o Governador Geraldo Alckmin. E, em uma guerra, todos têm que estar mobilizados, evidentemente, embora, repito, a responsabilidade pelo controle imediato da segurança seja estadual. Só em números muito breves: por exemplo, em São Paulo, a Polícia Federal tem 600 agentes, e as polícias locais têm 125 mil agentes. Portanto, vejam a desproporção. Isso não nos exime da necessidade de estarmos trabalhando integradamente, e em todos os níveis, a começar do nível municipal. Se queremos travar uma guerra contra a violência

no Brasil, se queremos, como queremos, restabelecer a paz, é preciso que haja, em todos os níveis da administração, uma preocupação com essas questões.

Devo dizer que o Prefeito de Santo André, Celso Daniel, foi um dos maiores entusiastas do programa que estamos levando adiante, aqui, no Gabinete de Segurança Institucional, chefiado pelo General Alberto Cardoso. Se me permite o General, ele teria um encontro com o Prefeito amanhã, aqui, para assinar um convênio – já tinha um convênio assinado – e para avançar nessa matéria, porque ele também compreendia, como compreendemos, que não se trata apenas de repressão, mas se trata de um envolvimento da comunidade, de todos os momentos da vida das pessoas, na juventude, na criança, em função da criação de um ambiente mais saudável.

Essa foi, talvez, a cruzada do Prefeito de Santo André. Não é o único, mas era um dos mais ativos nesse movimento.

Portanto, exige-se envolvimento efetivo do conjunto da sociedade.

Podem estar certos de que estamos dispostos a, dentro das nossas atribuições constitucionais e indo além delas, tudo fazer, neste momento, que é de crise de segurança pública, para restabelecer a normalidade e a confiança da população.

As sugestões que o Presidente do PT ficou de trazer serão encaradas. Ele vai apresentá-las a todo o País. Pelo que conversamos, são coincidentes com os nossos programas, com os planos já existentes. Muito mais difícil é fazer com que esses planos todos se transformem em realidade.

Reitero: essa realidade só será eficaz se houver, realmente, uma política que seja de todos, uma política em que todos tenham essa preocupação – cada um, naturalmente, no seu nível de responsabilidade.

Ainda hoje, nós, aqui presentes, estivemos juntos com o Ministro das Comunicações e com o Diretor-Geral da Anatel, e com outros técnicos, como o Dr. Agílio Monteiro, da Polícia Federal, para discutir um assunto muito importante, que é o bloqueio das comunicações por celulares nas penitenciárias para aqueles que estão em liberdade, porque existem situações, algumas escandalosas, em que, de dentro dos

presídios, os comandos são efetivos e controlam o crime – a partir do próprio presídio!

Já houve muitos testes para a produção de um equipamento capaz de bloquear os celulares. Esses testes estão terminando. Se tudo correr bem, no fim de fevereiro, começo de março, já estaremos instalando mecanismos que vão impedir esse tipo de comunicação.

Essa luta, sobretudo a luta contra o crime organizado, requer competência, requer inteligência, no sentido técnico da expressão, ou seja, informações, gente capaz de lidar com as informações; exige um método científico de acompanhamento. Não é uma luta de brutalidade. Brutos são eles, os que fazem esses movimentos de matança, de seqüestros. Mas a sociedade tem que reagir com competência, com persistência e com a capacidade de, efetivamente, conter esse tipo de questão.

Por isso mesmo, não se trata de uma questão partidária nem se trata de uma solução política. O Governo Federal jamais encararia essas questões dessa maneira. O apoio tem sido dado a todos os governadores de forma absolutamente homogênea. Basta que haja projetos para que eles peçam os recursos. São recursos proporcionais às nossas possibilidades. Mas, certamente, a mobilização de recursos tem que ser muito maior do que essa, e não só federal: tem que ser em todos os níveis. Temos feito essa mobilização em um sentido nacional.

Fico feliz de ver que Lula tem a mesma percepção; ou seja, não se trata de uma questão partidária: é uma questão nacional. E é com esse espírito que vamos levar adiante esse conjunto de ações. Mas reitero: é preciso que os governadores, como foi o caso do de São Paulo, que veio imediatamente aqui, assumam também a condução desse processo, porque os elementos efetivos para controle dessa situação são locais, não são no plano federal. O que podemos, reitero, é dar esse apoio.

Há também um conjunto importante de medidas legislativas. Muitas delas já estão no Congresso há alguns anos – há alguns anos. As mais óbvias são medidas que permitem maior coordenação entre as polícias. Não se trata de subordinação, nem de fusão, mas de uma integração de comando das polícias. Infelizmente, não foi possível avançar. Espero

que o Congresso, agora, diante das circunstâncias, avance com mais velocidade.

Há outras que são medidas de natureza penal, que não podem ser objeto de medida provisória, porque tudo que diz respeito a penalidades está excluído da possibilidade de medida provisória. Portanto, depende do apoio do Congresso.

Nós preparamos uma série de medidas, a partir das sugestões do Governador de São Paulo, e outras mais. E outras que venham serão bem-vindas. Vamos, assim que o Congresso restabelecer suas atividades, pedir que haja celeridade na matéria.

Devo dizer que tanto o Presidente da Câmara quanto o Presidente do Senado me telefonaram colocando-se à nossa inteira disposição para agilizar essa matéria. Hoje, tive uma reunião com os presidentes dos partidos que apóiam o Governo, e, da mesma maneira, todos eles se manifestaram absolutamente solidários com a necessidade de que se acelere no Congresso um conjunto de medidas de ordem legal, que podem permitir maior eficiência no controle do crime, maior rapidez para se decifrar os crimes; que podem dotar também as gerências penitenciárias, a direção das penitenciárias e as Secretarias que cuidam da matéria, de instrumentos administrativos que facilitem a separação dos presos mais violentos ou mais perigosos dos prisioneiros menos perigosos. Toda essa matéria, hoje, passa pela Justiça.

Da mesma forma, há no Congresso uma série de propostas de reforma do Judiciário e reforma do Código de Processo Penal que são essenciais, porque, senão, graças aos mecanismos protelatórios que existem, não se consegue controlar essa matéria. Até mesmo em detalhes. Existem, por exemplo, advogados que, muitas vezes, se recusam, ao entrarem nas penitenciárias, a serem submetidos ao tratamento normal de um raio-X para examinar se são ou não portadores ou de armas ou de telefones ou do que seja.

Acho que, neste momento, isso não pode mais acontecer. Todos nós, cidadãos, devemos estar dispostos a mostrar que temos as nossas mãos limpas, que não estamos envolvidos com esse tipo de atividade. E não

há pretexto de defensoria de direito que possa justificar esse tipo de comportamento.

Todos aqui, no Brasil, sabemos que é fundamental – e nós passamos por situações autoritárias – manter a democracia. E esta será mantida de qualquer maneira. Mas não se pode, por outro lado, confundir a manutenção da democracia com prerrogativas que vão em benefício dos criminosos.

A nossa guerra é contra o bandido, é contra o criminoso. Convoco o conjunto da sociedade para que levemos adiante isso e restabeleçamos, efetivamente, a paz, a concórdia entre nós.

Muito obrigado.

*Jornalista:* Presidente, como é que fica o celular pré-pago? Qual foi a decisão tomada?

*Presidente:* Estamos examinando a eficácia disso, se é conveniente ou não, porque há prós e contras. Está sendo examinado.